

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Estudo Técnico Preliminar 34/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23507.005603/2025-69

2. Descrição da necessidade

2.1. Considerando o cenário de expansão da Universidade Federal do Cariri – UFCA nos últimos anos, com o incremento do número de alunos e de servidores na instituição, motivando a sua necessidade legal e institucional de suprir às demandas de infraestrutura para a comunidade acadêmica, refletidas em salas de aulas, laboratórios e espaços para atender aos projetos pedagógicos dos cursos por ela oferecidos, observou-se que a construção de um novo bloco acadêmico para salas de aulas no Campus Brejo Santo pode ser uma solução para melhoria na qualidade de ensino, expansão e consolidação do ensino superior na região e crescimento institucional.

Portanto, a intenção deste estudo técnico preliminar é avaliar a viabilidade da construção de um novo bloco acadêmico, considerando o vulto do empreendimento e a disponibilidade orçamentária das obras destinadas a consolidação das Universidades Federais através do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Instituto de Formação de Educadores - IFE	Francineide Amorim Costa Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Estabeleceu-se as condições básicas, normas e critérios gerais a serem seguidos pela empresa Contratada durante a execução da obra de construção de um Bloco Acadêmico (bloco A) no Campus Brejo Santo da UFCA.

FUNCIONAIS:

Os projetos, planilhas e memoriais a serem fornecidos no processo licitatório contemplam a especificação e detalhamento do serviço a ser executado para a construção da obra do Bloco Acadêmico (bloco A) no Campus Brejo Santo da UFCA, objeto da contratação em tela.

A planilha orçamentária do custo previsto para a obra contemplará materiais, mão de obra, quantitativos, unidades, preços unitários, preços totais por itens e preço global. Na planilha está arbitrado o percentual do BDI proposto e o desdobramento em seus componentes e percentuais, caso a proponente licitante entender de maneira diferente a incidência de percentuais, poderá ser lançado em sua planilha de composição de preços observado o percentual de ISS do município de Brejo Santo – CE.

4.2. Deverá ser apresentado o cronograma físico-financeiro da execução da obra.

4.3. O memorial descritivo e caderno de encargos, documentos anexos ao processo licitatório eletrônico, apresentam informações complementares ao projeto.

4.4. Os documentos, os projetos, planilha orçamentária, memoriais, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e caderno de encargos irão compor o descritivo técnico do Termo de Referência, a ser disponibilizado no processo licitatório após a aprovação do ETP.

4.5. À empresa, a ser contratada, caberá executar a obra objeto desta contratação, atendendo a todas as especificações contidas nos projetos que irão compor o Projeto Básico do Termo de Referência, bem como atender a toda às especificações normativas vigentes. A seguir apresenta-se uma lista com algumas leis e normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza:

Quadro 3 – Leis normativos condicionantes.

1	Lei nº 13.556, de 29 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre a segurança contra incêndios e dá outras providências.
2	Lei nº 16.361, de 09 de outubro de 2017 - Altera a Lei nº 13.556, de 29 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a segurança contra incêndio.
3	Decreto Nº 28.085, de 10 de janeiro de 2006 - Regulamenta lei nº 13.556, de 29 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a segurança contra incêndios, institui e dá outras providências.
4	Lei Nº 14.333, de 1º de abril de 2021 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
5	Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
6	Instrução Normativa nº 03, de 20 de abril de 2017 - Altera a Instrução Normativa Nº 05, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
7	Instrução Normativa nº 05, de 27 de junho de 2014 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
8	Instrução Normativa SEGES/MO nº 05, de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireto no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
9	Decreto Nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

10	Resolução nº 307, de 05/07/2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
11	Resolução nº 448, de 18/01/2012 do Conselho Nacional de Meio Ambiente, de julho de 2002, do , 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
12	NT 001 CBMCE - Procedimento Administrativo.
13	NT 002 CBMCE - Terminologia e Simbologia de Proteção Contra Incêndio.
14	NT 004 CBMCE - Sistema de Proteção por Aparelho Extintores.
15	NT 005 CBMCE - Saídas de Emergência.
16	NT 006 CBMCE - Sistema de Hidrantes para Combate a Incêndio.
17	NT 008 CBMCE - Carga de Incêndio nas Edificações e Áreas de Risco.
18	NT 009 CBMCE - Iluminação de Emergência.
19	NT 010 CBMCE - Acesso de Viaturas nas Edificações e Áreas de Risco.
20	NT 012 CBMCE - Sistema de Detecção e Alarme.
21	NT 013 CBMCE - Compartimentação Horizontal e Vertical.
22	NT 015 CBMCE - Sistema de Chuveiros Automáticos.
23	NT 016 CBMCE - Cobertas Combustíveis.
24	NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão.
25	NBR 5419 - Proteção de Estrutura Contra Descargas Atmosféricas.
26	NBR 9077/2001 - Saídas de Emergência em Edifícios.
27	NBR 9050/2015 - Acessibilidade a edificações.
28	NBR 10897 - Proteção Contra Incêndio Por Chuveiro Automático.

29	NBR 10898 - Sistemas de Iluminação de Emergência.
30	NBR 11742 - Porta Corta-Fogo para Saída de Emergência.
31	NBR 12693 - Sistemas de Proteção por Extintores de Incêndio
32	NBR 13434 - Sinalização de Segurança Contra Incêndio e Pânico - Formas, Dimensões e Cores.
33	NBR 13434 - 1 - Sinalização de Segurança Contra Incêndio e Pânico.
34	NBR 13435 - Sinalização de Segurança Contra Incêndio e Pânico.
35	NBR 13437 - Símbolos Gráficos para Sinalização Contra Incêndio e Pânico.
36	NBR 13714 - Instalações Hidráulicas Contra Incêndio, Sob Comando, Por Hidrantes e Mangotinhos.
37	NBR 14276 - Programa de Brigada de Incêndio.
38	NBR 14349 - União para Mangueira de Incêndio - Requisitos e Métodos de Ensaio.
39	NBR 17240:2010 Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos
40	NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
41	NBR 11861:1998 Mangueira de incêndio - Requisitos e métodos de ensaio
42	NR 23 - da Portaria 3214 do Ministério do Trabalho: Proteção Contra Incêndio para Locais de Trabalho.
43	NBR6118 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento
44	NBR7680-1 - Concreto - Extração, preparo, ensaio e análise de testemunhos de estruturas de concreto - Parte 1: Resistência à compressão axial
45	NBR 6120 - Cargas para o cálculo de estruturas de edificações
46	NBR 6122 - Projeto e execução de fundações
47	NBR 16401-1:2008 Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários Parte 1: Projetos das instalações

48	NBR 16401-2:2008 Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários Parte 2: Parâmetros de conforto térmico
49	NBR 16401-3:2008 Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários Parte 3: Qualidade do ar interior
50	NBR 7256:2005 Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) - Requisitos para projeto e execução das instalações
51	NBR 17170:2022 Edificações - Garantias - Prazos recomendados e diretrizes
52	NBR 5626:1998 - instalação predial de água fria
53	NBR 8160:99 Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução
54	NBR 10844:99 Instalações prediais de águas pluviais - Procedimento
55	NBR 14718:2019 Guarda-corpos para edificação
56	NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade
57	NBR 14039:2005 Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV

Destaca-se que os serviços a serem contratados, também poderão ser disciplinados por legislação e normativos que não foram citados neste ETP.

4.6. À Contratada caberá a apresentação:

4.6.1. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico pela execução da obra;

4.6.2. Licenciamento ambiental do empreendimento, junto a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará - SEMACE através da LP (Licença Prévia) e LI (Licença de Instalação).

4.6.3. Elaboração e monitoramento do PGRSCC (Programa de gerenciamento de resíduos sólidos da construção civil) do referido empreendimento;

4.6.4. Relatório final, inclusive fotográfico, da execução dos serviços.

4.6.5. Diário de Obras devidamente preenchido, assinado e atualizado.

4.7. Não será permitido à Contratada o uso das instalações da Universidade Federal do Cariri para fins sanitários. A Contratada deverá munir de toda a estrutura para refeições dos funcionários e sanitários, caso necessário será permitida a utilização de banheiros químicos.

4.8. Como se trata de uma obra de pequena complexidade, com um projeto executivo, a equipe de planejamento acredita que não haverá dificuldade de encontrar fornecedores de materiais, peças e mão de obra qualificada para execução com eficácia.

4.9. Antes do início da obra os órgãos competentes das esferas municipal, estadual e federal, deverão ser consultados para as devidas emissões de licença ambiental e alvará de construção, bem como, toda documentação de regularização da devida obra;

4.10. Os demais elementos serão descritos no Termo de Referência, conforme modelo da AGU.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.11. A Contratada deverá possuir a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, compatível com as atividades relativas a pretensa contratação.

4.12. Apresentar registro ou inscrição da empresa contratada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), conforme as áreas de atuação previstas, em plena validade.

4.13. Qualificação técnica-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da contratada, relativo à prestação de serviços de obras de construção de edificações compatível(is) em características, quantidades e prazos com o objeto demandado, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo;

4.14. Qualificação técnica-profissional: apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CFT, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (eis) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto demandado, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo. Deve-se ainda registrar o Contrato no Conselho Regional, CREA-CE ou CFT-CE, bem como registrar no conselho as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica dos serviços contratados.

DO ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO NÃO CONTINUADO:

4.15. Como os serviços a serem executados para construção da obra do Bloco Acadêmico (bloco A) no campus Brejo Santo da UFCA, objeto da contratação em tela, são caracterizados como sendo aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação em período determinado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, temos que se trata de um contrato de serviços não continuados, conforme definição disposta no Art. 6º, inciso XVII, da Lei Nº 14.133/2021.

DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

4.16. A contratação requer que a UFCA e a pretensa prestadora de serviço exerçam práticas de sustentabilidade previstas no instrumento convocatório, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade-CNS – DECOR/CGU/AGU de agosto de 2021, nos termos dos seguintes dispositivos legais:

A) Lei Nº 14.133, DE 1º de abril de 2021;

B) Decreto 7.746/12, e;

C) Instrução Normativa SLTI/MPOG 1/2010.

4.17. Com relação aos critérios de sustentabilidade ambiental, a Contratada deverá adotar os itens abaixo, em atendimento à IN/SLTI/MP nº 01/2010:

4.17.1. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.17.2. Orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências do órgão, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

4.17.3. É obrigação da contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL COM TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

4.18. Não será necessário que a Contratada promova a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, visto que a prestação do serviço a ser contratado é comum no mercado.

DOS FORNECEDORES DE SERVIÇO DISPONÍVEIS NO MERCADO

4.19. A solução de mercado é específica e possui os seguintes requisitos:

Requisitos da contratação

PRODUTO	FORNECEDORES	FABRICANTES	DURAÇÃO DO SERVIÇO
Contratação de empresa especializada para executar obra de construção de bloco acadêmico (bloco A) no campus Brejo Santo da UFCA.	Empresas de engenharia especializadas em execução de obras de edifícios e de construção civil em geral.	Não se aplica, pois os materiais dos quais serão aplicados na execução do contrato serão disponibilizados pela contratada para a execução do serviço tomando como referência os memoriais / estudos / projetos entre outros documentos anexados junto a este estudo técnico preliminar.	14 (quatorze) meses com renovação conforme art. 105 - da Lei 14.333/2021. Este prazo poderá ser ajustado durante a elaboração do termo de referência, a depender das dificuldades executivas observadas durante o detalhamento dos projetos executivos.

DA DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

4.20. O contrato de prestação dos serviços para obra de construção do bloco acadêmico (bloco A) do Campus Brejo Santo vigorará por 17 (dezesete) meses, a contar da data de sua assinatura.

4.21. A vigência do contrato poderá ser prorrogada, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, conforme determina o Art. 6º, inciso XVII, da Lei 14.133/2021.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para execução do objeto contratado, será contratada empresa especializada para executar obra de construção de um Bloco Acadêmico (bloco A) no Campus Brejo Santo da UFCA para cumprir todas as exigências dos Projetos Executivos elaborados pela equipe técnica da Diretoria de Infraestrutura e em atendimento às normas listadas neste ETP.

5.2. Para atender à demanda de um Bloco Acadêmico com a finalidade de propiciar atividades de ensino, pesquisa e extensão aos discentes, aos docentes e a comunidade acadêmica dos cursos de graduação não só do Campus Brejo Santo da UFCA, mas de toda a UFCA, foram elencados três tipos de soluções, conforme seguem detalhadas:

Estudo da melhor solução

--	--	--

SOLUÇÃO	RESUMO	RESUMO
1	Levantamento de espaços públicos e/ou privados disponíveis para locação/cessão de salas de aula e laboratórios para aulas dos cursos de graduação da UFCA, próximo ao Campus Brejo Santo.	A Universidade Federal do Cariri buscar instituições privadas que ofertem e disponibilizem espaços para salas de aula com capacidade acima de 40 pessoas por sala, além de laboratórios, firmando convênios e/ou contratos para disponibilização das salas, laboratório e gabinetes administrativos com infraestrutura de apoio como wc's, estacionamento, acessibilidade e funcionalidade.
2	Utilização de salas de aulas já existentes no Campus Brejo Santo da UFCA	A Universidade Federal do Cariri buscar levantar a disponibilidade de salas de aulas, laboratórios e gabinetes administrativos ociosos ou que possam ser compartilhados com outros cursos, conferindo a disponibilidade de reservas para os diversos eventos de ensino da UFCA.
3	Construção de um Bloco Acadêmico (bloco A) no Campus Brejo Santo da UFCA	Contratar empresa especializada para executar obra de construção de Bloco Acadêmico (bloco A) no Campus Brejo Santo da UFCA, para atender a todas as exigências demandadas pelo setor demandante.

5.3. Ao apreciar as soluções, ponderando-se os aspectos técnicos e os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 3.

5.4. Logo a solução 3 é única, não existindo no mercado, similar perfeito. Para esta característica, justifica-se:

5.5. A existência de local público ou privado para locação/cessão de salas de aula e laboratórios para ensino dos cursos de graduação da UFCA, como o Escolas municipais ou estaduais, institutos federais ou órgão estaduais, onde possam ser desenvolvidas os atividades da UFCA, incorre na necessidade de: ou licitação para a locação do espaço, a disponibilidade imediata de recursos tipo custeio, disponibilidade de uso pelos órgãos locatários ou no caso de cessão, o ato ordinário que concede a cessão, depende de uma conjuntura político organizacional de interesse de ambas as partes, não havendo viabilidade físico temporal para tanto.

5.6. Além disso, a disponibilidade de um local com cessão gratuita por parte do poder público local deixa a instituição a mercê do interesse particular dos gestores municipais ou estaduais, conferindo uma instabilidade de acordo com o cenário político local;

5.7. A segunda solução proposta de levantamento de salas ou espaços disponíveis também é inviável, considerando os inchaços de disciplinas dos cursos de graduação já existente no Campus Brejo Santo.

5.8. Assim, a inexistência de espaços disponíveis para práticas de ensino pesquisa, extensão e cultura, promove a necessidade de construção de um espaço para tal;

5.9. A disponibilidade financeira e autorização de obras para a construção de um bloco acadêmico na UFCA conforme Nº 155/2024/DIFES/SESU/SESu-MEC de autorização de obras do PAC na Universidade Federal do Cariri, liberando recursos para a construção de um bloco acadêmico no Campus Brejo Santo.

5.10. Pouca eficácia e eficiência de gastos públicos para o envio da comunidade acadêmica para outros locais e equipamentos públicos onde possam ser realizadas atividades de ensino, necessitando do deslocamento de servidores e novas contratações de pessoal terceirizado.

5.11. Abertura do TED 14427 Construção do bloco acadêmico UFCA/Brejo Santo, disponível para cadastramento pelo PROPONENTE, do programa de trabalho, no SIMEC.

5.12. Por outro lado, a construção de um edifício gera, a longo prazo, uma despesa recorrente de custeio, seja para a manutenção predial e de equipamento constantes no prédio, seja para as atividades de apoio como limpeza, conservação, vigilância patrimonial entre outros. Para tanto, deve-se listar as despesas paralelas decorrentes desta contratação, apontadas nas contratações e compras correlatas no tópico 16.

5.13. Assim sendo, os serviços são classificados como serviços técnicos especializados por envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, por abraçarem toda a sociedade, ao seu patrimônio e ao meio ambiente, e por sua complexidade e multiprofissionalidade dos conhecimentos técnicos, exigindo, portanto, profissional legalmente habilitados e com as devidas atribuições.

5.14. A solução escolhida justifica-se:

5.14.1. Pela existência dos projetos arquitetônicos e complementares de engenharia da edificação do Bloco Acadêmico A da Universidade Federal do Cariri, devidamente aprovados pelo demandante conforme é mencionado nos documentos anexos ao processo.

5.14.2. Pela disponibilidade orçamentária com rubrica vinculada a um Bloco Acadêmico da UFCA/Brejo Santo, impossibilitando ou impedindo o uso dos recursos por outras demandas ou em outros prazos.

5.14.3. Pela existência dos Projetos Executivos elaborados pela equipe técnica da Diretoria de Infraestrutura da Universidade Federal do Cariri, pois cumpre as Normas Técnicas acima apresentadas

5.14.4. Pela conjuntura de condições de contorno para atendimento a demanda, elencados no subitem 5.2.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Faz-se necessário o efetivo contrato com uma empresa especializada em engenharia para execução da obra de construção de um bloco acadêmico no Campus Brejo Santo da UFCA, sendo os projetos elaborados pela equipe técnica da Diretoria de Infraestrutura.

6.2. O local para implantação da referida obra é um terreno na cidade de Brejo Santo onde há disponibilidade de área para construção.

6.3. É necessário o parcelamento da obra para garantir que a mesma seja planejada e contratada por preços e fornecedores específicos de cada área, uma para a execução da obra de construção civil e outras empresas farão os serviços especializado de mobiliário, ar-condicionado e equipamentos especializados.

6.4. A construção de um edifício gerará uma despesa recorrente de custeio, seja para a manutenção predial e de equipamento constantes no prédio, seja para as atividades de apoio como limpeza, conservação, vigilância patrimonial entre outros, devendo-se observar os custos de operação do equipamento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades estimadas são aquelas na planilha orçamentária elaborada pela equipe técnica da Diretoria de Infraestrutura – UFCA, anexa ao Estudo Técnico Preliminar nos autos do processo eletrônico.

7.2. As quantidades correspondem a área construída de cada edificação extraída dos projetos aprovados pelos setores demandante. Foram levantados os quantitativos de serviços extraídos nos projetos, documentos anexados nos autos do processo eletrônico, contemplando materiais, mão de obra, serviços e equipamentos necessários para execução dos serviços, além do BDI.

7.3. A estimativa das quantidades a serem contratadas ainda serão refinadas quando da conclusão dos projetos executivos e do fechamento do orçamento final para a licitação da obra;

7.3.1. A estimativa de valor da contratação ora realizada visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção. Essa estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade /aceitabilidade da proposta.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.925.386,08

8.1. O orçamento de referência de serviços a serem executados nas obras foram elaborados seguindo as regras e os critérios estabelecidos pelo Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

8.2. Os custos unitários de referência de serviços ou insumos foram obtidos nas tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) ou, quando os dados não foram encontrados no referido sistema, nas tabelas da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA/CE); no Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE) da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe e em pesquisa de mercado.

8.2.1. Foram aplicados os parâmetros de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominado SINAPI SERVIÇOS E SINAPI INSUMOS, indicados pelos códigos específicos, quando os serviços não constam nas tabelas de referência (SINAPI).

8.3. Na formação do preço de referência dos serviços a serem licitados, será realizado uma pesquisa de preço buscando obedecer aos parâmetros da IN - Seges/ME nº 65/2021 que regulamenta o art. 23 da Lei 14.133/2021.

8.4. O valor total estimado da contratação é de R\$ 5.925.386,08 (cinco milhões, novecentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta e seis reais e oito centavos centavos). Este valor poderá ter uma variação em relação ao apresentado no Termo de Referência. Isto porque os projetos serão implementados com mais detalhes executivos e custos de adicionais referentes a necessidades específicas das adaptações. Além disso, os valores serão também atualizados para tabelas de referência mais recentes.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Obras de construção são compostas por um conjunto de atividades que dependem entre si para a evolução do objeto. O parcelamento destas geram uma melhor compra e vantajosidade na entrega da obra, garantindo que ela seja planejada e contratada por preços e fornecedores específicos, já que outras empresas farão os serviços especializados como mobiliário e ar-condicionado. Isso considerando que os itens de mobiliário e climatização

representam um valor significativo e havendo um melhor aproveitamento com emprego de diversas empresas, cujo cunho e metodologias construtivas são as mesmas para todas as edificações.

9.2. Entretanto, para o fiel cumprimento dos projetos aprovados junto ao demandante, projetos executivos e legislações vigentes, se faz necessário adquirir os seguintes equipamentos: Conjunto de carteiras escolares para todas as salas de aula, mesas para os laboratórios, computadores para os laboratórios de informática, aparelhos cassete e split's para ar-condicionado, sistema de som para sala de conferência. Logo, para a aquisição desses equipamentos optou-se pelo parcelamento, pois o melhor dimensionamento, custo e a disponibilidade destes equipamentos advêm de empresas próprias para cada área, promovendo maior vantajosidade no custo do empreendimento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Durante a execução deste projeto, deverá ser providenciada as contratações correlatas ao funcionamento do bloco A.

10.2. O demonstrativo de custeio para insumos, materiais e logística anual do bloco acadêmico são ínfimos e ocorrerá por meio de recursos do orçamento anual da UFCA, seja para custeio ou investimento.

10.3. Estima-se custos de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) anuais para aquisição de materiais de consumo (material expediente, limpeza, datashow), insumos (cabos, equipamentos de projeção, lousas, suportes datashow), manutenção (predial, energia e água) e pessoal de apoio (limpeza, conservação e vigilância).

10.4. Espera-se o início da construção do bloco acadêmico em março 2026 com finalização e entrega da obra em maio de 2027, considerando prazo de 14 (quatorze) meses de obra.

10.5. Simultaneamente a construção, deverá ser realizada a aquisição de mobiliário (carteiras, assentos, computadores e mesas), equipamentos (bebedouros e ar-condicionado), insumos e material de consumo, estimado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo R\$ 860.000,00 para mobiliário (carteiras, poltronas e mesas) e R\$ 340.000,00 para climatização e bebedouro.

10.6. Não será necessário a contratação de funcionários para atendimento das demandas do bloco acadêmico pois já há servidores para a logística do local.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A referida contratação está prevista no plano de contratações e no plano de desenvolvimento institucional.

11.1. Considerando o Plano Anual de Contratação da UFCA, há um Documento de Oficialização da Demanda (DFD) nº 74/2025 entre o setor requisitante e a Diretoria de Infraestrutura da UFCA, que prevê através do COMPRAS.GOV a construção de um bloco acadêmico no campus do Brejo Santo dessa Universidade.

11.2. É previsto ainda, esta mesma demanda, no Programa de Aceleração do Crescimento para a Educação (Novo PAC), com obra autorizada para o órgão através do ofício nº 155/2024/DIFES/SESU/SESu-MEC.

11.3. Por fim, há um Termo de Execução Descentralizada TED 14426, aberto, com liberação para cadastramento desta ação pelo proponente, com programa de trabalho para execução da ação.

11.4. Com isso, criou-se o cenário de viabilidade orçamentária devido a previsão em programa federal de governo para consolidação e reestruturação das Instituições federais de ensino superior.

11.5. A referida demanda está alinhada diretamente com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2025 da UFCA (PDI 2025), através dos objetivos estratégicos acadêmicos: OE2, OE4, OE5 e OE2:

- OE2 - Intensificar e integrar as atividades de ensino, Pesquisa, Extensão, Cultura e Internacionalização;
- OE4: Promover metodologias e tecnologias educacionais presenciais e não presenciais eficazes;
- OE5: Cuidar das condições de permanência e contribuir para o êxito acadêmico dos estudantes;

Como também está alinhado com os objetivos de orçamento e infraestrutura (OE10):

- OE10: Redimensionar e ampliar a infraestrutura física e tecnológica, com o foco na sustentabilidade e na acessibilidade;

11.6. Além disso, a construção de um Bloco Acadêmico (Bloco A) está diretamente envolvida nos macroprocessos finalísticos ou atividades primárias da instituição como o A1: Promover formação acadêmica integrada de graduação (ensino, pesquisa, extensão e cultura), A2: Promover a pesquisa científica, inovação tecnológica e a pós-graduação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Benefícios Diretos:

12.1.1. A execução da obra de construção de um prédio para implantação do Bloco Acadêmico (Bloco A) no campus de Brejo Santo da UFCA.

12.1.2 Atender à demanda da comunidade acadêmica do campus da UFCA em Brejo Santo, possibilitando uma melhoria de infraestrutura para cumprir os requisitos dos PPCs dos cursos já instalados e possibilitando a criação de novos cursos, tendo a demanda formalizada e justificada nos itens acima.

12.1.3 Atender aos anseios da comunidade local e de todo o Cariri em disponibilizar espaço para ensino, pesquisa, extensão e cultura;

12.1.4. O prédio demandado será fundamental para possibilitar a expansão da atuação da UFCA no território do Cariri cearense. Sua construção possibilitará:

- Fortalecer a presença da UFCA na região do Cariri cearense.
- Garantir a adequada acomodação das atividades acadêmicas e administrativas, proporcionando conforto a estudantes e servidores.
- Oferecer novos cursos no campus de Juazeiro do Norte.
- Disponibilizar um espaço próprio para a realização de conferências e atividades afins.
- Elevar a qualidade da educação oferecida pela Universidade Federal do Cariri. Benefícios Indiretos.

12.1.5. Assegurar o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas da Universidade Federal do Cariri – Campus Brejo Santo/CE, garantindo um ambiente seguro, acessível e confortável para toda a comunidade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Entrega do Estudo Ambiental ao órgão competente para emissão da licença de instalação, elaborado e acompanhado entre a UFCA e a empresa contratada;

13.2. Solicitação de vistoria de conformidade do Corpo de Bombeiros, quando da entrega da obra para seu pleno funcionamento;

13.3. Definir reunião para emissão da Ordem de Serviço e início da execução do objeto;Seguir o cronograma físico-financeiro do objeto contratado;

13.4. A Contratada deverá seguir as normas internas (Regulamento Interno, Normas de Segurança, entre outros) da Contratante.

13.5. Após a análise de viabilidade do ETP e eventual aprovação deste, se faz necessário a implementação do seguinte cronograma:

Etapas da Contratação	Instrução Processual (juntada de documentos)	Escolha do Fornecedor (fase externa)	Elaboração e Assinatura de Contrato	Execução Física da Obra (Previsão Inicial)	Recebimento da Obra	Vigência Contratual
PRAZO(MESES)	2	2	1	14	3	17
out/2025						
nov/2025						
Dez/2025						
Jan/2026						
fev/2026						
Mar/2026						
Abr/2026						
Mai/2026						
Jun/2026						
Jul/2026						
ago/2026						
set/2026						
out/2026						

nov/2026						
Dez/2026						
Jan/2027						
fev/2027						
Mar/2027						
Abr/2027						
Mai/2027						
Jun/2027						
Jul/2027						

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os impactos ambientais são mínimos ou inexistentes, considerando que o local já é urbanizado e possui ação humana, contudo condizentes com a transformação do meio ambiente para uma edificação.

14.2. Os possíveis impactos ambientais verificados serão mitigados pelo plano de ação exigidos na licença previa (LP 001/2024), protocolada na Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará - SEMACE, documento anexo ao SIPAC e cumprida quando das exigências da Licença de Instalação (LI) expedida pela referida Superintendência ;

14.3. Haverá uso racional e sustentável da edificação, considerando a arquitetura eficiente para ventilação, insolação e renovação de ar, diminuindo o uso de exaustão mecânica, ar-condicionado, iluminação artificial e refrigeração. Haverá uso de lâmpadas LED, estação de tratamento de esgoto para efluente final, bem como paisagismo arbóreo para manutenção da sustentabilidade local tanto climática quanto financeira.

14.4. Os projetos executivos e toda a execução da obra, obedecerão ao disposto no Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFCA, aprovado pela RESOLUÇÃO CONSUNI nº 259, de 19 de dezembro de 2024.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A equipe de planejamento da contratação conclui pela viabilidade da execução da obra, considerando os aspectos técnicos e de orçamentação. Foram aplicadas soluções existentes e viáveis de engenharia obtendo custo final compatível com obras deste porte. Para tanto foram analisados os elementos necessários para a contratação:

os documentos de oficialização da demanda, o programa de necessidades, os projetos preliminares, planilha orçamentária preliminar, entre outros.

15.2. Considera-se a contratação viável e razoável, dada a necessidade de obras para a Construção do bloco acadêmico (Bloco A) do Campus Brejo Santo da Universidade Federal do Cariri.

15.3. Considera-se viável mediante a autorização da referida obra pelo ofício 155/2024/DIFES/SESU/SESu-MEC, que dispõe recursos necessários a esta contratação;

15.4. A continuidade do processo de contratação é condicionada à aprovação deste ETP pela PROAD, com base na disponibilidade orçamentária da Universidade Federal do Cariri para o exercício de execução do contrato e aprovação da autoridade competente.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCINEIDE AMORIM COSTA SANTOS

Integrante Requisitante

WASHINGTON LUIZ DE SOUSA JUNIOR

Integrante Administrativo

LOUISE BUARQUE DE GUSMAO BARBOSA

Integrante Técnico

ANDRE WAGNER DE BARROS SILVA

Integrante Técnico

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Mapa de Riscos - Bloco A.pdf (534.32 KB)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Contratação de empresa especializada para executar obra de construção de um bloco acadêmico de salas de aula com urbanização do entorno, estacionamento, gradil, baia de resíduos e guarita no campus Brejo Santo da UFCA.

ANÁLISE DE RISCO DA CONTRATAÇÃO

Objeto: Obra de construção de bloco acadêmico de salas de aula com urbanização do entorno, estacionamento, gradil, baia de resíduos e guarita no campus Brejo Santo da UFCA.

Interessado: Instituto de Formação de Educadores - IFE / Diretoria de Infraestrutura - DINFRA

MAPA DE RISCO I

Planejamento da Contratação

RISCO 01 - Serviços levantados sem projetos executivos de engenharia e arquitetura										
Causa do Risco:	Os serviços de engenharia apresentados em orçamento sem os devidos projetos executivos e complementares de engenharia e arquitetura.									
Probabilidade:		Muito Baixa	X	Baixa		Média		Alta		Muito Alta
Impacto:		Muito Baixo		Baixo	X	Médio		Alto		Muito Alto
Nível de Risco:		Muito Baixo		Baixo	X	Médio		Alto		Muito Alto
Id.	Consequência do Risco									
1.	Os serviços elencados sem o devido projeto impedem sua correta e adequada execução devendo ser completamente detalhado com memorial descritivo, podendo impactar no cronograma de execução dos serviços.									
Id.	Ação Preventiva							Responsável		
1.	Emitir ARTs e RRTs de projetos e orçamentos com as devidas responsabilidades e atribuições dos projetistas.							DINFRA		
2.	Vincular a memória de cálculo a um projeto previamente aprovado pelo demandante.									
Id.	Ação de Contingência							Responsável		
1.	Deverá ser refeito o orçamento reavaliando a aderência ao projeto executivo disponível. Elaborar os demais documentos necessários para a contratação do objeto, após a conclusão de projetos executivos e memorial faltantes.							DINFRA		

RISCO 02 - Serviços não aprovados pelas Autoridades Competentes										
Causa do Risco:	Os serviços de engenharia apresentados não atendem aos normativos técnicos das diversas autoridades competentes, em cada caso.									
Probabilidade:		Muito Baixa		Baixa	X	Média		Alta		Muito Alta
Impacto:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Nível de Risco:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Id.	Consequência do Risco									
1.	A solução técnica apresentada nos projetos a serem aprovados deverá ser ajustada para atender aos normativos técnicos das autoridades competentes, podendo se fazer necessário incluir novos serviços.									
Id.	Ação Preventiva							Responsável		
1.	Submeter os projetos de combate a incêndio e pânico à aprovação do CBMCE antes da conclusão da obra.							DINFRA		
Id.	Ação de Contingência							Responsável		
1.	Aguardar, no máximo, até 90 dias da emissão da Ordem de Serviço - OS e os demais documentos necessários para a execução do objeto, para a aprovação dos projetos de combate a incêndio e pânico pelo CBMCE, Orgão Ambiental e Prefeitura Municipal.							DINFRA		
RISCO 03 – Serviços não contemplados na planilha de referência.										
Causa do Risco:	A planilha orçamentária de referência não possui todos os serviços necessários para a perfeita execução do objeto contratado.									
Probabilidade:		Muito Baixa		Baixa	X	Média		Alta		Muito Alta
Impacto:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Nível de Risco:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Id.	Consequência do Risco									
1.	O objeto contratado não poderá ser executado por completo, devido à ausência de serviços.									
Id.	Ação Preventiva							Responsável		
1.	Elaborar os projetos básicos e executivos do prédio do bloco acadêmico de salas submetendo a análise de autoridades competentes.							DINFRA		

Id.	Ação de Contingência							Responsável		
1.	Elaborar a planilha orçamentária do objeto contratado tomando como referência os projetos aprovados pelo CBMCE, órgão ambiental e prefeitura municipal e projetos executivos com memoriais.							DINFRA		
RISCO 04 – Planilha de referência com preço desatualizado.										
Causa do Risco:	Os preços unitários dos serviços apresentados na planilha orçamentária de referência encontram-se desatualizados, se comparados com as tabelas de referência vigentes.									
Probabilidade:		Muito Baixa		Baixa	X	Média		Alta		Muito Alta
Impacto:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Nível de Risco:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Id.	Consequência do Risco									
1.	Com os preços unitários desatualizados, o valor do objeto contratado encontra-se em desconformidade com os preços praticados no mercado e, consequentemente, causando um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.									
Id.	Ação Preventiva							Responsável		
1.	Utilizar as planilhas de referência vigentes na época.							DINFRA		
Id.	Ação de Contingência							Responsável		
1.	Verificar se os preços de referência se encontram em conformidade com as planilhas de referência vigentes na época da contratação.							DINFRA		

MAPA DE RISCO II

Seleção do Fornecedor

RISCO 01 – Licitação Deserta.										
Causa do Risco:	A licitação foi classificada como deserta devido à ausência de interessados no processo licitatório.									
Probabilidade:		Muito Baixa		Baixa	X	Média		Alta		Muito Alta
Impacto:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Nível de Risco:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Id.	Consequência do Risco									

1.	O processo licitatório para a contratação do objeto proposto será encerrado, dando-se início a um novo processo. Logo, a instituição ficará um tempo maior sem o contrato pretendido, podendo afetar as atividades fins do órgão.									
Id.	Ação Preventiva						Responsável			
1.	Planejamento considerando a contratação anterior e as atuais necessidades para estabelecer orçamento e cláusulas contratuais que atendam ao mercado.						DINFRA e CGIL			
Id.	Ação de Contingência						Responsável			
1.	Novo planejamento para posterior licitação.						DINFRA e CGIL			
RISCO 02 – Contratada sem habilitação técnica adequada										
Causa do Risco:	Contratar uma empresa sem que ela apresente a qualificação técnica necessária para a execução dos serviços de engenharia, objeto da presente licitação.									
Probabilidade:		Muito Baixa		Baixa	X	Média		Alta		Muito Alta
Impacto:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Nível de Risco:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Id.	Consequência do Risco									
1.	Os serviços contratados poderão não ser executados, assim como, poderão ser executados de forma inadequada.									
Id.	Ação Preventiva						Responsável			
1.	Constar no planejamento a análise dos requisitos imprescindíveis à contratação.						DINFRA			
Id.	Ação de Contingência						Responsável			
1.	Exigir no instrumento convocatório que a licitante apresente os atestados de capacidade técnica necessários para comprovar a sua qualificação.						CGIL			
RISCO 03 – Contratada sem qualificação econômico-financeira adequada										
Causa do Risco:	Contratação de empresa sem aporte financeiro suficiente para a prestação dos serviços contratados.									
Probabilidade:		Muito Baixa		Baixa	X	Média		Alta		Muito Alta
Impacto:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Nível de Risco:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto

Id.	Consequência do Risco	
1.	A empresa poderá não conseguir executar os serviços contratados, deixando de cumprir cláusulas contratuais. Além disso, pode causar impacto nas atividades fins da instituição.	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Incluir no instrumento convocatório os critérios de qualificação econômico-financeira, conforme a Lei 14.333, de 2021.	CGIL
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Exigir no momento da licitação os documentos referentes à qualificação econômico-financeira, conforme dispositivos legais presentes no instrumento convocatório.	CGIL

MAPA DE RISCO III

Execução do Contrato

RISCO 01 – Serviços não previstos na planilha orçamentária										
Causa do Risco:	Durante a emissão da Ordem de Serviço constatou-se a necessidade de serviços que não foram incluídos na Planilha Orçamentária de Referência,									
Probabilidade:		Muito Baixa		Baixa	X	Média		Alta		Muito Alta
Impacto:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Nível de Risco:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Id.	Consequência do Risco									
1.	Não será possível emitir a Ordem de Serviço para execução do objeto contratado.									
Id.	Ação Preventiva							Responsável		
1.	Realizar um levantamento das necessidades e dos serviços a serem contratados, tendo como referência os projetos.							DINFRA		
Id.	Ação de Contingência							Responsável		
1.	Verificar a possibilidade de incluir um termo aditivo de contrato ou realizar um novo processo licitatório.							DINFRA		
RISCO 02 – Serviços previstos com quantitativos insuficientes.										

Causa do Risco:	Durante a emissão da Ordem de Serviço constatou-se que os serviços necessários não possuem o quantitativo suficiente para a perfeita execução do objeto contratado.									
Probabilidade:		Muito Baixa		Baixa	X	Média		Alta		Muito Alta
Impacto:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Nível de Risco:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Id.	Consequência do Risco									
1.	Não será possível emitir a Ordem de Serviço para execução do objeto contratado.									
Id.	Ação Preventiva							Responsável		
1.	Realizar levantamento detalhado dos quantitativos dos serviços a serem contratados, tendo como referência os projetos aprovados.							DINFRA		
Id.	Ação de Contingência							Responsável		
1.	Verificar a possibilidade de incluir um termo aditivo de contrato ou realizar um novo processo licitatório.							DINFRA		
RISCO 03 – Atraso na prestação dos serviços										
Causa do Risco:	A empresa contratada atrasou o cronograma dos serviços contratados.									
Probabilidade:		Muito Baixa		Baixa	X	Média		Alta		Muito Alta
Impacto:		Muito Baixo		Baixo	X	Médio		Alto		Muito Alto
Nível de Risco:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Id.	Consequência do Risco									
1.	A empresa contratada atrasou o cronograma de execução dos serviços contratados, seja pelo atraso no fornecimento de materiais ou equipamentos, pela indisponibilidade da mão de obra adequada ou qualquer outro motivo que não dê causa a prorrogação do prazo de execução dos serviços pactuados.									
Id.	Ação Preventiva							Responsável		
1.	A fiscalização do contrato deverá acompanhar o cronograma físico – financeiro da execução dos serviços contratados.							DINFRA		
Id.	Ação de Contingência							Responsável		
1.	Notificar a empresa no caso de atrasos, bem como providenciar a abertura de processos administrativo para apurar os indícios de irregularidades.							DINFRA / PROAD		

RISCO 04 – Serviços executados com baixa qualidade										
Causa do Risco:	A empresa contratada executou os serviços com qualidade inferior ao esperado pela Administração.									
Probabilidade:		Muito Baixa		Baixa	X	Média		Alta		Muito Alta
Impacto:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Nível de Risco:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Id.	Consequência do Risco									
1.	A empresa contratada executou os serviços em desconformidade com as normas técnicas vigentes ou material inadequado, apresentando como resultado um serviço com qualidade inferior ao especificado pela Administração.									
Id.	Ação Preventiva							Responsável		
1.	A Fiscalização do contrato deverá acompanhar a execução dos serviços contratados.							DINFRA		
Id.	Ação de Contingência							Responsável		
1.	A Fiscalização do contrato deverá notificar a empresa no caso de serviços prestados com baixa qualidade, devendo solicitar o reparo deles, bem como providenciar a abertura de processo administrativo para apurar os indícios de irregularidades.							DINFRA / PROAD		
RISCO 05 – Serviços executados com profissionais desqualificados										
Causa do Risco:	A empresa contratada executou serviço com profissionais desqualificados.									
Probabilidade:		Muito Baixa		Baixa		Média	X	Alta		Muito Alta
Impacto:		Muito Baixo		Baixo	X	Médio		Alto		Muito Alto
Nível de Risco:		Muito Baixo		Baixo		Médio	X	Alto		Muito Alto
Id.	Consequência do Risco									
1.	A empresa contratada executou serviço com profissionais sem a qualificação necessária para o desempenho da atividade, podendo causar erros de execução ou até mesmo algum acidente durante os serviços prestados.									
Id.	Ação Preventiva							Responsável		
1.	A Fiscalização do contrato deverá acompanhar a execução dos serviços contratados.							DINFRA		
Id.	Ação de Contingência							Responsável		

1.	A Fiscalização do contrato deverá notificar a empresa no caso de serviços prestados com profissionais desqualificados, devendo solicitar a substituição deles, bem como providenciar a abertura de processo administrativo para apurar os indícios de irregularidades.	DINFRA / PROAD
----	--	----------------

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Francineide Amorim Costa Santos

SIAPE: 1185326

Washington Luiz de Sousa Júnior

SIAPE: 1153553

Louise Buarque de Gusmão Barbosa

SIAPE: 1605057

André Wagner de Barros Silva

SIAPE: 1385430



Emitido em 31/10/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO Nº 12/2025 - COSE (11.19.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 31/10/2025 16:01)

ANDRE WAGNER DE BARROS SILVA

ENGENHEIRO-AREA

COSE (11.19.04)

Matrícula: 1385430

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufca.edu.br/documentos/> informando seu número: **12**, ano: **2025**, tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**, data de emissão: **31/10/2025** e o código de verificação: **304bc2dcc6**



Emitido em 04/02/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO Nº 2/2026 - COSE (11.19.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/02/2026 17:42)

ANDRE WAGNER DE BARROS SILVA

ENGENHEIRO-AREA

COSE (11.19.04)

Matrícula: 1385430

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufca.edu.br/documentos/> informando seu número: **2**, ano: **2026**, tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**, data de emissão: **04/02/2026** e o código de verificação: **7e28f5bc86**